

“EU ACHO QUE VALE A PENA VOCÊ MORRER POR CAUSA DA PALESTINA”: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO A PALESTINA BRASILEIRA

“I THINK IT IS WORTH TO DIE FOR PALESTINE”: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN PALESTINE DOCUMENTARY

Dianine Censon

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ORCID: 0000-0001-7071-850X

DOI: 10.9771/contemporanea.v22i1.60160

RESUMO:

O Brasil é um dos destinos principais nas escolhas de migração palestina. Assim toma forma, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, o documentário A Palestina Brasileira, lançado em 2017, que apresenta famílias palestinas que imigraram para o sul do Brasil. A partir da Análise Crítica do Discurso e articulando conflitos, reconhecimento, legitimidade, identidade, cultura, opressão, agressão e, conseqüentemente, projetos migratórios, o objetivo deste texto foi problematizar a relação entre o documentário A Palestina Brasileira (2017) e os contextos sócio-políticos que permitem as construções discursivas daqueles entrevistados na obra. À guisa de considerações finais foi possível formular questionamentos acerca dos sentidos de autonomia e controle que permeiam um povo e um território governado por um Estado para além dos seus interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Crítica do Discurso; Conflito israelo-palestino, Migrações; Autonomia

ABSTRACT:

Brazil is one of the top destinations of Palestinian migrants. Starting from that, in 2017, has been released “The Brazilian Palestine”, a documentary that presents Palestinian families living in the south of Brazil. Using the Critical Discourse Analysis, and articulating conflicts, recognition, legitimacy, identity, culture, oppression, aggression, and migratory

projects, this work aimed to problematize the relation between the socio-politics contexts of the families' discourses and the documentary. It was possible to formulate some questions about the autonomy and control senses that go through a people and a territory controlled by another State.

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis; Israeli-palestinian conflict; Migrations; Autonomy

“ESTAS SÃO AS HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS PALESTINAS QUE BUSCARAM ABRIGO NO SUL DO BRASIL”: ELEMENTOS INICIAIS

Os elementos sócio-políticos e fortemente econômicos que estruturam o conflito israelo-palestino e acarretam o processo de repartição e administração denominado Plano de Partilha da Palestina datam de muito antes da resolução nº 181 da ONU, de 29 de novembro de 1947. Séculos de embates, conflitos, migrações e retornos são necessários para contextualizar a realidade que toma forma na metade do século XX e se desdobra até os dias atuais.

A criação do Estado de Israel, em 1948, e o não-reconhecimento da legitimidade do Estado da Palestina por muitos Estados vizinhos altera drasticamente as condições de vida dos cidadãos daquele território. Algumas das diversas dificuldades dizem respeito à obtenção de documentos, à liberdade cultural, ao deslocamento etc. Desde então, os palestinos representam um terço de toda a população refugiada do mundo (Nabulsi, 2003). As relações políticas entre a Palestina e outros Estados também se desdobram ao seu povo, que acaba por se caracterizar, nas palavras de Said, como “hóspedes tolerados em certos países de nosso exílio” (2012, p. 141).

No Brasil, não há dados definitivos sobre a migração palestina. Não há intermediação de uma política imigratória, não há registros confiáveis a respeito de vistos de permanência, além dos movimentos pendulares de ir e vir do povo palestino (Jardim, 2006). O que se sabe, no entanto, é que o Brasil é um dos destinos escolhidos para o projeto migratório palestino. Mais especificamente, o sul do país e as fronteiras com a Argentina e o Uruguai se caracterizam historicamente como destinos dessa migração.

Traçando essa relação entre Palestina, Brasil e Rio Grande do Sul, é produzido, em 2017, o documentário *A Palestina Brasileira*. Dirigido por Omar de Barros Filho, a produção retrata famílias palestinas que imigraram para o sul do Brasil, apresentando relações com a comunidade local, relações com o Oriente Médio, emoções e recordações de familiares

e amigos e desabafos acerca da realidade de opressão e agressão que permeiam o conflito com Israel. Lançado em 2018, o documentário já circulou por dezenas de mostras e festivais pelo mundo.

É nessa articulação entre conflitos, reconhecimento, legitimidade, identidade, cultura, opressão, agressão e, conseqüentemente, projetos migratórios, que toma forma este texto. Para tanto, o objetivo deste trabalho foi problematizar a relação entre o documentário *A Palestina Brasileira* (2017) e os contextos sociopolíticos que permitem as construções discursivas daqueles entrevistados na obra.

As reflexões foram subsidiadas pela Análise Crítica do Discurso (ACD), que parte da teoria social do discurso, fixando a linguagem como elemento indissociável da vida social, em busca das estruturas, estratégias e demais propriedades dos eventos comunicativos que desempenham papel nos modos de produção e reprodução de estrutura da dominação (Van Dijk, 1993). A ACD como modelo teórico-metodológico assume a linguagem como essencial para a vida social, diretamente relacionada a outros elementos de construção da sociedade e, assim, a produção e reprodução do discurso e das formas de poder (Fairclough, 2001). Dessa forma, como modelo teórico-metodológico, assume-se a ACD como suporte para as problematizações aqui apresentadas.

A partir da ACD entende-se que todo evento discursivo toma forma a partir da união de três elementos, a saber: i) o texto (processo de descrição); ii) a prática discursiva (processo de interpretação); e iii) a prática social (processo de explicação) (Fairclough, 2001). Ainda que de forma tridimensional e simultânea o evento discursivo aqui analisado seja composto, a ACD permite que a ênfase em determinado elemento seja apreendida conforme a natureza do discurso e os objetivos da pesquisa. Assim, não necessariamente a análise se dá de forma linear e considerando todas as nuances do objeto, de forma que, neste trabalho, foram consideradas as circunstâncias institucionais, políticas e organizacionais que envolvem o discurso e, assim, são capazes de determinar a sua natureza e a forma como serão construídas as identidades, os indivíduos e as relações sociais apresentadas no documentário *A Palestina Brasileira*.

Para que fosse possível realizar esta análise, foi também necessário compreender o filme como um texto, ou seja, como uma estrutura composta por códigos (Cf. Metz et al., 1974; Metz, 1980); ao mesmo tempo que como uma criação de efeitos (Cf. Gomes, 2004). Assim, durante o desenvolvimento das análises aqui apresentadas, buscou-se

empreender simultaneamente uma compreensão daquilo que é visível, claro e objetivo, seja na narrativa do documentário, seja em seus ecrãs, quanto, e, principalmente, daquilo que a experiência fílmica é capaz de suscitar, tomando como relação o contexto sociopolítico da atualidade.

“EU FIQUEI PALESTINO-BRASILEIRO”: MIGRAÇÃO, LIBERDADE E FAMÍLIA

O documentário *A Palestina Brasileira* inicia com imagens desérticas da Palestina. O tom terroso, a precariedade de um ou dois acampamentos domésticos, as ovelhas e o som do vento ao fundo são seguidos por imagens de um dos muros que divide o território palestino do território de Israel. Ainda que a cena inicial traga a informação escrita de que aquilo se trata da Palestina, qualquer espectador poderia aferir que o cenário toma forma em um espaço de aparente precariedade e conflito. Onde mais seria possível observar muros com arames farpados ao topo, com desenhos em sua extensão representando homens, mulheres, bandeiras e palavras como “*stay strong and live*”, “*end war*”, “*we want peace*”, “*break this wall*” e “*don’t give up*”? Enquanto o título do documentário é *A Palestina Brasileira*, a primeira cena, gravada em plano aberto e em plano médio, não apresenta um Brasil, mas sim a Palestina, ambientando, posicionando e movimentando o cenário para com o espectador.

A cena seguinte traz um texto com informações que contextualizam a temática a ser abordada na obra:

Estas são as histórias de famílias palestinas que *buscaram abrigo* no sul do Brasil. O *ponto de ruptura* em suas vidas foi a fundação de Israel nas terras da Palestina, em 1948. Não existem estatísticas sobre a população palestina e descendentes no Brasil. Organizações árabes calculam que a comunidade abrange de 30 mil a 50 mil pessoas. A maioria vive no Rio Grande do Sul, nas fronteiras com a Argentina e o Uruguai (Barros Filho, 2017, 1:56, grifos da autora).

O impacto desse texto inicial é primordial para a construção da análise que se feita neste trabalho. O significado de “*buscar abrigo*” não carece de muitas explicações. Proteger-se, amparar-se, esconder-se, pensando em situações cotidianas. Uma chuva inesperada, por exemplo, pode levar com que se busque abrigo em algum espaço coberto. Para além do cotidiano, quando o documentário informa que trará histórias de famílias palestinas que *buscaram abrigo* no sul do Brasil, o pensamento que surge diz respeito à fuga, ao perigo. Consequentemente, ao apresentar um “*ponto de ruptura*”, pode-se remeter ao

significado dessa expressão. Rompimento, quebra, interrupção, violação, são alguns dos sinônimos da palavra “ruptura”. Se as vidas de tais famílias palestinas tiveram um *ponto de ruptura*, por óbvio foram, de uma ou mais maneiras, violadas.

A partilha da Palestina consequentemente altera e afeta também outros espaços e povos. Aqueles que moram em Israel, por exemplo. Ou então a Jordânia, país vizinho que não só recebeu milhares de refugiados, mas também opera como espaço de trânsito para o ir-e-vir palestino a outros países (como o Brasil) No entanto, para aquele grupo que permanece na Palestina, ou então aquele grupo que migra, a distribuição da vulnerabilidade parece maior.

De que formas é possível se pensar na ruptura e, consequentemente, nessa nova configuração de vulnerabilidade como um ponto de partida (Cf. Butler, 2006) para o projeto migratório palestino e a construção do que o documentário chama de Palestina Brasileira? Se todos são, e sempre estão, vulneráveis. Essa vulnerabilidade é destacada ainda nos minutos iniciais do documentário, com cenas do arquivo da *Palestinian Broadcasting Corporation*, e narração com voz feminina, um brevíssimo resumo da história da Partilha. A última cena dessa narração foca, em primeiro plano, no nó de um arame farpado.

Como o texto de abertura do documentário informa, histórias de famílias serão apresentadas na obra. O primeiro relato é feito por Mohamed Dahla, comerciante em Uruguaiana (RS). Mohamad Dahla afirma que “a primeira pátria é a mãe, a Palestina realmente. Mas eu considero o Rio Grande do Sul a minha segunda pátria, eu me sinto bem aqui, principalmente [na] cidade de Uruguaiana (...) e a gente é parte, né? Do povo do Rio Grande do Sul” (A Palestina, 2017, 4:34). O sentimento de pátria, de fazer parte, de estar presente no todo (do Rio Grande do Sul, do Brasil) também traça relação com o não-pertencimento. Saleh Bujaa, comerciante em Canoas (RS) e pioneiro na imigração palestina, diz que “meu motivo realmente de vir para cá, é porque quero uma terra que tenha liberdade. *Liberdade de verdade*” (A Palestina, 2017, 19:58, grifo da autora). O que é *liberdade de verdade*? Ao pensar no Brasil, um país com 8.5 milhões de quilômetros quadrados, 26 estados e um Distrito Federal, 5.570 municípios e mais de 200 milhões de habitantes, é possível afirmar que todos os espaços, territórios e pessoas têm liberdade *de verdade*?

A falta de liberdade na Palestina, que acarreta a partida e chegada ao Brasil, talvez possa acarretar também uma percepção difusa do que é liberdade, quais são as liberdades possíveis, e o que é *de verdade*. Quem sabe essa seja uma tentativa subconsciente de

convencer-se de que aquela situação de falta de liberdade é temporária, que haverá um novo equilíbrio, que uma nova construção de sentidos está/estará em formação (Butler, 2006). Esse processo de convencimento do que é ou não liberdade, do que é ou não de verdade também é passível de ser parte de um processo de construções discursivas acerca de objetos de conhecimento, sujeitos, relações sociais e estruturas conceituais para que se passe a tomar aquele discurso de liberdade como parte do seu mundo, incorporando-se aos pressupostos que simbólica e passivamente se foi persuadido a reconhecer (Fairclough, 2001; Foucault, 1999), tendo como base o ponto de partida caótico que representa a migração palestina, como o nó do arame farpado dos minutos iniciais do documentário.

Para se pensar em patriotismo, tópico presente na fala de Mohamad Dahla, e liberdade, necessidade descrita por Saleh Bujaa, é impossível também não pensar na imbricação desses conceitos. Ao partir da noção de patriotismo de Hegel (2008 [1837]), poder-se-á pensar no patriotismo dentro da vida ética da sociedade, na necessidade de, Mohamad Dahla, ao afirmar seu duplo patriotismo, colocar-se também como um indivíduo a quem, conforme indica a narrativa de Saleh Bujaa, é lícito buscar a liberdade.

Ainda no que tange à liberdade, ou às possibilidades de liberdade, como conceito complexo, muitos dos entrevistados do documentário também abordam relações familiares - sejam as novas relações estabelecidas no Brasil, sejam as relações na Palestina.

Antônio Badra, proprietário do Jornal A Plateia, de Santana do Livramento, relata a chegada de sua família à estação de trem da cidade de Alegrete: “o pai e a mãe falavam bem inglês. E o pai ‘do you speak English? Do you speak English?’². Ninguém ‘speak English’. Daí ele mandou todo mundo ficar na frente da estação e saiu. Encontrou a primeira loja com roupas penduradas, que era de um *patrício*. Conversou com o *patrício*, o *patrício* veio correndo junto com o pai, nos buscaram e nos colocaram em uma pensão” (A Palestina, 2017, 41:44, grifos da autora). A escolha da palavra “*patrício*” é curiosa. *Patrício* significa pessoa da mesma pátria, da mesma localidade, compatriota. Ainda, remete à aristocracia, à nobreza hereditária. Finalmente, tem uma relação fortemente característica do patriarcado, partindo da etimologia da palavra, derivada do latim *patres*, que designava famílias cujos chefes ocupavam posições políticas de poder. Assim, assumindo a naturalidade discursiva presente na escolha do termo, pode-se também refletir acerca de quais famílias, quais *patrícios*, logravam à vinda ao Brasil. No relato de Antônio Badra, os pais falam inglês, uma segunda língua além da língua materna.

Vêm, para o Brasil, com os filhos ou outros familiares, já que o pai manda “todo mundo” ficar na frente da estação. Seriam, então, famílias com condições financeiras melhores as que conseguiam atravessar o Atlântico para estabelecer residência em um novo país?

Também é possível pensar na construção da situação descrita por Antônio Badra. Primeiro, a dificuldade em se comunicar, na expectativa de que o inglês pudesse ser compreendido. Depois, o conterrâneo que ajuda seu pai sem grandes questionamentos, que leva a pressupor que a linha condutora da ligação entre ambos se embasava na relação com a pátria, com a Palestina. Outros dois relatos podem ser utilizados para refletir acerca dessas questões.

Sobre o idioma, Maruf Salman, comerciante em Uruguaiana, afirma que “o que luta primeiro aqui é o idioma. Não sabemos falar nada de português (...), quer ou não quer, tem que aprender forçado” (A Palestina, 2017, 14:44). Sobre as relações interpessoais, Munir Judallah, em Saffah (Palestina), afirma que “quando você era minoria num país, torna qualquer um da sua terra, ele é parente próximo seu” (A Palestina, 2017, 23:00). Retomando Butler, será que “não se trata de outra forma de comunidade imaginária, em que só nos parecemos por ter que usufruir separadamente de uma mesma condição (...)?” (2006, p. 53). A condição do idioma, seja ele português ou espanhol, a partir da nova configuração territorial agora fronteiriça. A condição cultural, em uma readaptação de costumes, como o chimarrão. A condição familiar, readequada de forma a agregar novas relações interpessoais não-sanguíneas, mas tão fortes quanto tal. Ou, então, não seriam essas novas construções fruto das dimensões normativas que permeiam a vida social e política dos palestinos, que os obriga a reorganizar e normatizar suas compreensões acerca das relações, dos pertencimentos, das famílias e, conseqüentemente, das interdependências que permeiam suas vidas (Cf. Butler, 2006)? Quão liberto se está quando não é possível se comunicar em sua língua materna?

Finalmente, a articulação entre o ideal de liberdade e o sentimento de pertencimento familiar atrelados à migração palestina para o Brasil está tão intrinsecamente relacionada às construções discursivas acerca das suas rupturas históricas políticas e sociais que é possível observar o que Das (2011) chamaria de “subtextos culturais” (p. 17). É possível, no caso palestino, que grandes novas famílias, sem necessariamente laços consanguíneos, construam-se e deem vida ao que o documentário chama de Palestina Brasileira. Ainda que esse “subtexto cultural” esteja inscrito nos textos dominantes da sociedade palestina, ele também abre espaço para que diferentes “necessidades” sejam

atendidas, novas representações culturais sejam formadas e que os contextos sociais permitam a abertura de novas subjetividades (Das, 2011) que se relacionem com, nesse caso, a realidade fronteiriça do Rio Grande do Sul.

A fronteira, enquanto isso, também remete àquilo que é conhecido por quem foge, e então reconstrói uma representação do que antes era conhecido. As fronteiras brasileiras costumam ser descritas, pela literatura e pelos documentos oficiais, como espaços de esquecimento. São numerosos os trabalhos que discutem as dinâmicas fronteiriças no que diz respeito à violência, à insegurança e à falta de ordenamento. Ao mesmo tempo em que são espaços importantes no que diz respeito à manutenção da soberania nacional, são também espaços-limites e periféricos, como apontam Alvarez e Salla (2013). No imaginário nacional, no entanto, é mais fácil encontrar uma imagem de fronteira que remonta ao desconhecido, ao desordenado, ao exótico e, por vezes, ao inseguro. Sennett (2011), ao traçar um debate de fronteira, como a diferenciação de *boundaries* e *borders*³, em que o conceito de *boundaries* exclui, limita, enquanto o conceito de *borders* possibilita o diálogo, o contato e a dinâmica, também auxilia a uma reflexão sobre a escolha desses palestinos à instalação em uma zona fronteiriça. Parece curioso observar que é justamente naquele espaço que, por um lado, representa-se a exclusão e as limitações impostas pela condição sociopolítica vivenciada pelos palestinos, bem como se apresenta uma nova possibilidade de contato, de vida.

“DORES ENSINAM A GEMER”: A NATURALIZAÇÃO DA MORTE

Quem pode viver e quem deve morrer? Quem exerce controle sobre a mortalidade e quem estabelece o ato de vida como determinante de poder? (Mbembe, 2016). Mustafa Dahla, filho de Mohamed Dahla, de Uruguaiana (RS), ao relatar um pouco do que viu nas Intifadas Palestinas de 1987 e 2000⁴, afirma que “está no sangue do palestino” (A Palestina, 2017, 8:16) a insistência de permanecer em seu território, de lutar por isso. Para ele, que mora na Palestina, “vale a pena você morrer por causa da Palestina” (A Palestina, 2017, 8:45).

A morte é mencionada diversas vezes no documentário. Seja a morte daqueles que vivenciaram a criação do Estado de Israel, seja daqueles, como Mustafa Dahla, que presenciaram as Intifadas, seja também daqueles que encontraram abrigo no Brasil. A morte tem um significado para o islã que difere de outros significados, sejam ocidentais, sejam de outras partes do Oriente. Basta pensar, por exemplo, na *Al Fatah*, organização

política-militar, fundada em 1959, cujo nome significa dicotomicamente “vitória” ou “conquista”, ao mesmo tempo que, quando lida de trás para frente, significa “morte” (*hataf*). *Fatah* é o acrônimo reverso de *Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastini*, ou Movimento para a Libertação Nacional da Palestina, em tradução livre (Jardim, 2006). Ainda que o sentido de *hataf* (morte) não seja utilizado pelos membros do grupo, é tentadora a forma como o termo leva a pensar a respeito da ligação entre vitória, liberdade e morte - que perpassa toda a história recente da Palestina e dos palestinos.

Pensando nessa articulação que dá forma à ideia de que “vale a pena você morrer por causa da Palestina” (A Palestina, 2017, 8:46), questiona-se: quem diz que vale a pena morrer? O palestino? Os Estados que não reconhecem a Palestina? Ou, mais uma vez utilizando Mbembe, “que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (...) ? Como eles estão inscritos na ordem de poder?” (2016, p. 124). Os relatos presentes no documentário, que tratam de palestinos e suas famílias, são permeados por cenas gravadas na Palestina, apresentando os muros que dividem os territórios, a destruição do espaço construído, o trânsito e, como plano de fundo desses dois elementos, tons quentes e áridos. É preciso partir do pressuposto de que uma produção cinematográfica não apresenta a realidade como fato único e inquestionável, mas sim lança ao público formas de ver e representar o real, de forma a produzir sentidos e construir significados desse real. Para Jameson (1995), assim como para Santaella (2003), as representações acabam por tratar de uma nova realidade, a sua própria realidade, que é então a realidade do filme e a realidade escolhida para ser transmitida àqueles que o assistem. Quando as cenas são gravadas no Brasil, a realidade construída é outra: mais colorida, viva. Mais distante da morte.

Seria necessária uma exaustiva investigação a respeito do(s) sentido(s) da morte para os palestinos. Bem como, seria necessária uma revisão a respeito do que se entende por nacionalismo palestino, por árabes e por muçulmanos (Cf. Jardim, 2006). Trilhar esse caminho significaria também tomar como ponto de partida o que podemos chamar de a “necronarrativa” do documentário. Nada disso foi o objetivo deste texto. Ainda que os meandros dessas discussões possam dar pistas sobre a naturalização da morte, temática desse tópico, optou-se por suscitar um debate acerca daqueles “ruídos no silêncio”, que são permitidos a partir de “tecnologias de governo em territórios inteiros”, reencarnando e reproduzindo novas mortes (Vianna, 2019, sp).

Em junho de 2009, Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense, afirmou que aceitaria a criação do Estado da Palestina, desde que este fosse desmilitarizado e sem

controle das suas fronteiras do seu espaço aéreo (Ortega, 2020; Toueg, 2009). À época, líderes mundiais com notoriedade, como Barack Obama (então presidente dos Estados Unidos) parabenizaram o primeiro-ministro israelense pelo “comprometimento” a estabelecer um acordo de paz (Toueg, 2009). Em 2019, o mesmo primeiro-ministro, em meio a turbulentos desdobramentos políticos e eleitorais, torna pública a intenção de anexar à Israel os assentamentos de colonos judeus nos territórios palestinos. Meses depois, Netanyahu anunciou também a intenção de anexar a faixa de terra palestina do Vale do Jordão, fronteira com a Jordânia (Cueto, 2019; Ortega, 2020).

Para Mbembe (2016), “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 123). Para além das conceitualizações tradicionais do termo que, de acordo com o autor, dão vida a um romance da soberania no qual os sujeitos seriam responsáveis ativos pela construção da sua autonomia, Mbembe traz uma discussão acerca da soberania que luta, por outro lado, pela “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2016, p. 125). Quem decide quais autonomias são passíveis àqueles que já ocupam territórios fragmentados, governados por responsabilidades compartilhadas e, concomitantemente, constantemente ocupados? Quem dita quais são as possibilidades de escolha, as possibilidades de futuro, as possibilidades de desejo, as possibilidades de viver ou de morrer?

Se o direito soberano de matar está inscrito nas formas de funcionamento de todos os Estados modernos (Cf. Foucault, 2005), estaria inscrito também o direito soberano não de matar - no sentido literal do termo -, mas de orientar à morte? O discurso dos entrevistados no documentário *A Palestina Brasileira* denota uma compreensão conformista da realidade que lhes é apresentada, como pode-se observar na fala de Talha Zeidan, comerciante de Santana de Livramento, que afirma que “é verdade, assim que eles tomaram, porque parte da nossa terra a gente não tem mais acesso, porque eles constroem um muro ou uma cerca elétrica” (A Palestina, 2017, 10:24). Por outro lado, o conformismo é transmutado em uma idealização mórbida ao observar-se afirmativas como a de Mustafa Dahla: “A terra, a tua pátria, é maior que os teus filhos!” (A Palestina, 2017, 8:30). Seriam “um muro ou uma cerca elétrica” as representações palpáveis de todas as pequenas agressões diárias (Cf. Sue, 2010), responsáveis pela naturalização da falta de autonomia de fazer viver e deixar morrer? Para além, deve-se pensar em “deixar” morrer, no contexto Palestino, ou “orientar-se” a morrer?

Há uma frase popular que diz “a morte que dói é a primeira, depois nos acostumamos a morrer”. Maruf Salman, já mencionado neste texto, diz algo parecido quando relata a dificuldade com o idioma na chegada ao Brasil. Para ele, “dores ensinam a gemer” (A Palestina, 2017, 14:44). Maruf não diz quais foram as dores que o ensinaram, e que ensinaram seus familiares e conterrâneos, a gemer, mas fica claro que não se refere exclusivamente ao aprendizado de um novo idioma. As dores da perda, as dores da luta, as dores da fome, as dores da incerteza, as dores da migração, as dores do não-reconhecimento da sua autonomia como indivíduo, como território, como governo... todas essas parecem dores palestinas maiores do que *simplesmente* a dor de um novo idioma.

“PARA SONHAR, TENHO QUE SONHAR NA PALESTINA”: PROPOSIÇÕES DE MAIS QUESTIONAMENTOS

À guisa de elaborar algumas considerações que suscitem a continuidade do debate, recorre-se novamente à Butler para questionar: “Se estou lutando pela autonomia, necessito estar lutando também por algo mais? Por uma concepção de mim mesmo como parte de uma comunidade, afetado por outros, atuando sobre outros em formas que no controle do todo não posso prever com clareza?” (Butler, 2006, p. 53). Aqueles palestinos que, como demonstram os relatos do documentário, vêm ao Brasil, que constroem novas vidas e novas famílias e dão vida à Palestina Brasileira estão autônomos acerca do que a Palestina e seu povo representa nas interações sociopolíticas internacionais?

Adeeb Hanini, presidente da comunidade árabe-Palestina de Santana do Livramento, explica que mais de 60 anos depois da vinda dos primeiros imigrantes ao Brasil, a pergunta que permeia a comunidade é: “de que forma devemos nós, nos inserirmos, dentro da comunidade onde a gente vive, né? E esse é o grande desafio nosso hoje” (A Palestina, 2017, 51:19). O relato de Fairuz Bujaa, em Torres (RS), uma das poucas mulheres entrevistadas no documentário, traz a mesma indagação, abordando temas como a arte e a cultura dos povos palestinos, silenciada pelos “noticiários da televisão, dos massacres, dos bombardeios” (A Palestina, 2017, 49:53). Ainda que o Brasil seja idealizado como a possibilidade de libertação dos sofrimentos na pátria, inclusive em afirmativas a respeito da pacificidade do povo brasileiro, o modo de governo que circunscreve a Palestina não é todo abandonado. Ao mesmo tempo em que o Brasil e os brasileiros são retratados como hospitaleiros, menciona-se, por exemplo, o idioma; ou a distância da família que ficou na Palestina; ou os filhos, espalhados pelo mundo.

Ao mesmo tempo, assim, que afirma-se uma libertação, constrói-se, nos relatos do documentário, a dicotomia de um aprisionamento.

Enquanto isso, Israel, assim como outros grandes países no mundo, vem sendo governado, pela terceira vez, por um líder populista. Características como o forte nacionalismo econômico, o discurso de união das massas, as incursões baseadas no carisma abrem espaço para um modo de governo que estabelece a dicotomia do outro, o diferente, o inimigo, o palestino - por vezes não só o inimigo do Estado de Israel, mas um inimigo comum a também outras massas. Na articulação entre "nós" e "os outros", a construção discursiva do documentário funciona como um pêndulo em que, por vezes, os palestinos e os brasileiros são "nós", enquanto em outros momentos são os "outros". O governo de Israel, sempre "os outros", na política, se estabelecem como "nós", os únicos.

Ainda nessa linha, por óbvio o documentário *A Palestina Brasileira* utiliza os relatos, as cenas, as músicas, as cores, as entonações e demais aspectos capturados na construção de seu corpo audiovisual para passar a mensagem que se propõe: existe uma comunidade palestina numerosa no Brasil, existe um conflito no Oriente Médio, que atravessa décadas e pouco se sabe ou se fala mais profundamente sobre, a não ser quando esse conflito atinge proporções extracontinentais, ganhando, assim, espaço na mídia mundial. Não se espera que o documentário diga o oposto disso, e o discurso é construído e comunicado em vistas da sensibilização do espectador à sobriedade do tema.

Ainda assim, muitas seriam as formas de se olhar para o conteúdo produzido pela obra. Optou-se, neste texto, por um caminho, consciente de que muitos outros poderiam ter sido escolhidos. Em uma tentativa de condensar alguns dos questionamentos que ainda podem ser feitos a respeito da migração palestina para o Brasil, talvez seja interessante pensarmos mais profundamente acerca das construções de identidade palestina-brasileira-gaúcha; acerca da sobreposição de culturas; acerca das escolhas fronteiriças; acerca da língua e dos sotaques que se mesclam entre o árabe, o espanhol uruguaio/argentino e o português; acerca daqueles que retornam à Palestina; e acerca das condições econômicas daqueles que migram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando Afonso. Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 13, p. 9-26, 2013.

A PALESTINA brasileira. Direção: Omar L. Barros Filho. Produção: Caco Schimtt. Porto Alegre, Brasil: CenaUm, 2017. (77 min).

BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CUETO, José Carlos. Porque o controle do vale do Jordão é chave para o conflito entre Israel e Palestina. **BBC News Mundo**, 15 set. 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49684350>. Acesso em: 17 out. 2020.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 9-41, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMES, Wilson. La poética del cine y la cuestión del método en el análisis fílmico. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 31, n. 21, p. 85-105, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2008 [1837].

JAMESON, Fredric. **La Estética geopolítica: cine y espacio em el sistema mundial**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

JARDIM, Denise Fagundes. Os imigrantes palestinos na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 171-181, 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, v. 32, p. 123-151, 2016.

METZ, Christian. et al. **A análise das imagens**. Petrópolis: Vozes, 1974.

METZ, Christian. **Linguagem e cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NABULSI, K. Los refugiados. **La Vanguardia**. Dossiê. Los Palestinos, n. 8, p.49-54, 2003.

ORTEGA, André. Israel-Palestina: soberania, colonialismo e anexação. **Revista Opera**. Opinião, 29 jul. 2020. Disponível em <https://revistaopera.com.br/2020/07/29/israel-palestina-soberania-colonialismo-e-anexacao/>. Acesso em: 17 out. 2020.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: das culturas das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SENNETT, Richard. Boundaries and Borders. In: BURDETT, Ricky; DEYAN, Sudjic. (orgs.). **Living in the Endless City**. London: Phaidon Press, 2011. p. 324-331.

SUE, Derald Wing. **Microaggressions in everyday life: Race, gender, and sexual orientation**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

TOUEG, Gabriel. Netanyahu admite Estado palestino desmilitarizado. **Folha de São Paulo**, 15 jun. 2009. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1506200908.htm>. Acesso em: 17 out. 2020.

VAN DIJK, Teun. A. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p 249-283, 1993.

VIANNA, Adriana. Políticas da morte e seus fantasmas. Dossiê: Estado de choque. **Le Monde Diplomatique**, 1 mar. 2019. Disponível em <https://diplomatique.org.br/politicas-da-morte-e-seus-fantasmas/>. Acesso em: 16 de out. 2020.

NOTAS

1. ‘mantenha-se forte e viva’, ‘termine a guerra’, ‘nós queremos paz’, ‘derrube esse muro’ e ‘não desista’, em tradução livre.
2. ‘você fala inglês? Você fala inglês?’, em tradução livre.
3. Limites e fronteiras, em tradução livre.
4. As Intifadas foram insurreições palestinas contra Israel. A tradução livre para o português significaria levantamento, levante ou revolta.

SOBRE A AUTORA

DIANINE CENSON Professora de Sociologia no Instituto Federal do Tocantins. Professora permanente no Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, na Universidade Federal do Tocantins. Doutora e mestra em Sociologia. Desenvolve pesquisas com enfoque em sociologia política, Estado, governo e políticas públicas. E-mail: dianinecenson@gmail.com

Artigo recebido em: 30 de março de 2024.

Artigo aceito em: 03 de dezembro de 2024.